

1. Contexto operacional

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia"), fundada no ano de 1985 tem como objeto social a industrialização, o comércio, a importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio, cozinhas e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial.

A Companhia é uma sociedade de capital aberto, com sede na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&F Bovespa S.A., sob código UCAS3 desde 27 de abril de 2012.

A Companhia possui uma ampla rede de lojas de revendas exclusivas e multimarcas no Brasil e no exterior que comercializam os produtos das marcas "Dell Anno", "Favorita", "New", "Telasul Modulados" e "Casa Brasileira".

Nosso moderno parque fabril conta com tecnologia de última geração, onde desenvolve, fabrica, distribui e comercializa os móveis e demais produtos, destinados a todos os tipos de ambientes residenciais e comerciais, atingindo todos os segmentos de consumo.

A controlada da Companhia, incluída nas demonstrações financeiras consolidadas é a seguinte:

Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. foi constituída em 08 de outubro de 2012, tem por objeto o comércio varejista de móveis planejados, possuindo lojas ativas nas cidades de São Paulo e Manaus. As operações da Unicasa Comércio de Móveis Ltda. tiveram início em abril de 2013.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), bem como de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 05 de março de 2014.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia, sendo as mais relevantes aquelas divulgadas na Nota 3.

A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

2.2 Base de consolidação

A controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda. é integralmente consolidada a partir da data de constituição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.3 Investimentos em controladas

O investimento em controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita financeira

Para todos os instrumentos financeiros avaliados aos seus custos amortizados e ativos financeiros que rendem juros classificados como mantidos até o vencimento, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.5.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) **Matérias primas** - custo de aquisição segundo o custo médio.
- (ii) **Produtos acabados e em elaboração** - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.10 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada desses bens. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Ativos intangíveis

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no exercício que for incorrido.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -- Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2013 não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros ativos ou passivos de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente.

O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Para as transações a prazo a Companhia utiliza as variações da taxa Selic, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face de faturamento é considerada como receita financeira e será apropriada pelo método do custo amortizado.

2.14 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.15 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto quando:

- os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 17,00%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados (*)	5,00% a 10,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	1,00%

* O Governo Federal através dos Decretos n.º 7.705, 7.770, 7.796 e 7.879, para o período de 26 de março de 2012 a 31 de janeiro de 2013, reduziu a zero a alíquota do IPI. E através dos Decretos n.º 7.879, 8.035 e 8.116 firmou em 2013, respectivamente, as alíquotas de IPI de 2,5% de 1 de fevereiro a 30 de junho, 3% de 1 de julho a 30 de setembro e 3,5% de 1 de outubro a 31 de dezembro.

A receita de vendas é apresentada na demonstração do resultado do exercício líquida destes tributos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados deduzindo o custo dos produtos vendidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido ativo ou passivo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.15 Tributação -- Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos -- Continuação

Impostos diferidos são reconhecidos no ativo ou passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

2.16 Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia, incluem em adição a remuneração fixa (salários e contribuições à seguridade social, férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação no resultado, plano de saúde, auxílio escolar e assistência médica. Estes benefícios são registrados no resultado do período quando a Companhia tem com base em regime de competência à medida que são incorridos.

2.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação, básico e diluído, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

2.18 Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi elaborada de acordo com o CPC 09.

2.19 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes. Esses ativos foram classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Estes instrumentos são classificados como empréstimos e financiamentos e mensurados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e empréstimos e financiamentos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.19 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação

Mensuração subsequente -- Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20 Informação por segmento

As operações da Companhia são o desenvolvimento, industrialização, comercialização e prestação de serviços de móveis modulados e planejados para o mercado interno e externo, sendo organizadas em um único segmento operacional. Embora os produtos sejam comercializados por canais de venda específicos, conforme sua categoria, a Companhia gerencia e controla seus produtos de forma integrada e os seus resultados operacionais são acompanhados, monitorados e avaliados também de forma integrada.

2.21 Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.22 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

IAS 32 Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32

Essas alterações esclarecem o significado da expressão “atualmente tem um direito legalmente exigível de compensar”. As alterações também esclarecem a aplicação dos critérios de compensação da IAS 32 para sistemas de liquidação (como, por exemplo, sistemas de central de compensação), que aplicam mecanismos de liquidação pelo valor bruto que não são simultâneos. Não se espera que essas alterações causem impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia e se aplicam a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB sobre a substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme definido na IAS 39. A norma inicialmente se aplicava a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo as *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures* (Alterações da IFRS 9 Data de Vigor Obrigatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição), emitidas em dezembro de 2011, alteraram a data de aplicação para 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB abordará contabilidade de hedge e perda de valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Caixa e bancos	396	1.728	709
Aplicações financeiras			
Certificados de depósito bancário – CDBs	10.920	26.991	10.920
	11.316	28.719	11.629

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 10 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI (aproximadamente 101,7% do CDI).

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
No mercado nacional			
de terceiros	72.819	95.071	74.755
de partes relacionadas (Nota 21)	1.002	135	20
No mercado externo			
de terceiros	3.985	3.723	3.985
Cheques a receber	9.488	5.302	9.568
	87.294	104.231	88.328
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(11.726)	(8.306)	(11.726)
(-) Ajuste a valor presente – AVP	(1.891)	(2.717)	(1.891)
	73.677	93.208	74.711
 Ativo circulante	64.308	77.732	65.342
Não circulante	9.369	15.476	9.369
	73.677	93.208	74.711

Os prazos médios de recebimento em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram de 45 e 46 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Saldo no início do exercício	(8.306)	(5.069)	(8.306)
Adições	(4.255)	(12.341)	(4.255)
Recuperações / realizações	624	7.011	624
Baixa por incobráveis	211	2.093	211
Saldo no final do exercício	(11.726)	(8.306)	(11.726)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a análise do saldo de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
A vencer	63.717	91.603	63.405
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	3.906	2.538	4.293
De 31 a 60 dias	1.974	1.295	2.310
De 61 a 90 dias	1.275	1.835	1.663
De 91 a 180 dias	2.920	3.472	3.115
Acima de 181 dias	13.502	3.488	13.542
	87.294	104.231	88.328

6. Estoques

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Produtos prontos	86	17	1.473
Produtos em elaboração	3.224	2.834	3.224
Mercadorias para revenda	314	417	356
Matérias primas	14.804	12.495	14.804
Materiais de embalagem	277	185	277
Materiais intermediários	2.026	2.044	2.026
Adiantamento a fornecedores	256	488	256
Materiais diversos	1.234	1.189	1.234
Provisão para obsolescência	(346)	(373)	(346)
	21.875	19.296	23.304

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Saldo no início do exercício	(373)	(1.067)	(373)
Adições	(912)	(808)	(912)
Recuperações / realizações	939	1.502	939
Saldo no final do exercício	(346)	(373)	(346)

7. Ativo não circulante mantido para venda

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$12.668 (31 de dezembro de 2012 R\$8.848) está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. A Companhia contratou corretores especializados em vendas de imóveis e acredita que no curto prazo poderá realizar a venda destes bens. Os ativos são mantidos pelo seu valor contábil, sendo inferiores aos seus valores justos, deduzidos das despesas de venda.

8. Empréstimos concedidos

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Empréstimos concedidos	4.045	7.790	4.045
(-) Ajuste a valor presente - AVP	(371)	(272)	(371)
	3.674	7.518	3.674
Ativo circulante	1.287	1.971	1.287
Ativo não circulante	2.387	5.547	2.387
	3.674	7.518	3.674

Referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia a clientes com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 8,76% ao ano. Em garantia destas operações a Companhia possui cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

9. Investimentos

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	702	-	-
Outros investimentos	82	404	82
	784	404	82

Os principais saldos da controlada são os seguintes:

	Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	
	2013	2012
Ativo circulante	4.247	-
Ativo não circulante	4.634	-
Passivo circulante	7.890	-
Patrimônio líquido	991	-
Capital social	6.800	-
Receita líquida	4.643	-
Resultado do exercício	(5.809)	-
% Participação	99,99%	-
Investimento	991	-
Resultado de equivalência patrimonial (*)	(6.098)	-

* Exclui lucros não realizados nos estoques, no valor de R\$289.

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Saldo no início do exercício	404	704	404
Integralização de capital	100	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.700	-	-
Equivalência patrimonial	(6.098)	-	-
Transferência para Intangível	(322)	(300)	(322)
Saldo no final do exercício	784	404	82

10. Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2012	1.378	19.249	3.325	4.167	83.933	120	2.429	4.473	3.112	751	122.937
Aquisições	-	119	270	69	1.011	-	446	475	885	6.158	9.433
Baixas	-	-	-	-	(30)	-	(392)	(142)	(58)	-	(622)
Transferências	-	1.067	2.597	490	661	-	-	-	(3.342)	(1.473)	-
Saldos em 2013	1.378	20.435	6.192	4.726	85.575	120	2.483	4.806	597	5.436	131.748

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2012	-	(4.875)	(619)	(702)	(34.127)	(47)	(968)	(3.226)	-	-	(44.564)
Depreciações	-	(610)	(197)	(366)	(5.452)	(15)	(202)	(403)	-	-	(7.245)
Baixas	-	-	-	-	18	-	52	110	-	-	180
Saldos em 2013	-	(5.485)	(816)	(1.068)	(39.561)	(62)	(1.118)	(3.519)	-	-	(51.629)

Imobilizado líquido

Saldos em 2012	1.378	14.374	2.706	3.465	49.806	73	1.461	1.247	3.112	751	78.373
Saldos em 2013	1.378	14.950	5.376	3.658	46.014	58	1.365	1.287	597	5.436	80.119

Consolidado

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos iniciais	1.378	19.249	3.325	4.167	83.933	120	2.429	4.473	3.112	751	122.937
Aquisições	-	119	400	139	1.032	-	1.087	697	885	6.762	11.121
Baixas	-	-	-	-	(30)	-	(392)	(142)	(58)	-	(622)
Transferências	-	1.067	2.727	490	661	-	19	14	(3.342)	(1.636)	-
Saldos em 2013	1.378	20.435	6.452	4.796	85.596	120	3.143	5.042	597	5.877	133.436

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos iniciais	-	(4.875)	(619)	(702)	(34.127)	(47)	(968)	(3.226)	-	-	(44.564)
Depreciações	-	(610)	(208)	(369)	(5.452)	(15)	(224)	(416)	-	-	(7.294)
Baixas	-	-	-	-	18	-	52	110	-	-	180
Saldos em 2013	-	(5.485)	(827)	(1.071)	(39.561)	(62)	(1.140)	(3.532)	-	-	(51.678)

Imobilizado líquido

Saldo em 2013	1.378	14.950	5.625	3.725	46.035	58	2.003	1.510	597	5.877	81.758
----------------------	--------------	---------------	--------------	--------------	---------------	-----------	--------------	--------------	------------	--------------	---------------

Os desembolsos de caixas com aquisição de ativo imobilizado estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Aquisições efetuadas e liquidadas no exercício	9.433	10.547	11.121
Aquisições de imobilizado a prazo, realizadas no exercício anterior e liquidadas no exercício corrente	950	943	950
Efeito não caixa de variação cambial sobre liquidações de aquisições a prazo	(57)	(15)	(57)
Aquisições que não afetaram caixa (Nota 27)	(220)	(270)	(220)
	10.106	11.205	11.794

10. Imobilizado -- Continuação

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. Em seu processo de revisão anual da vida útil do ativo imobilizado, a Companhia contratou uma empresa especializada em avaliações. Como resultado da avaliação feita pela empresa contratada, a vida útil média ponderada das classes de imobilizado pode ser assim resumida:

	Média ponderada de vida útil – nova (em anos)	Média ponderada de vida útil - anterior (em anos)
Edificações	77,99	25
Benfeitorias	37,83	25
Instalações	21,10	10
Máquinas e equipamentos	18,69	10
Veículos	16,43	5
Móveis e utensílios	15,18	10
Equipamentos de informática	7,44	5

Esta alteração resultou na redução da despesa de depreciação do exercício de 2013 no valor de R\$ 1.600 quando comparada com a despesa de 2012.

11. Intangível

Controladora

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
SalDOS em 2012	669	107	17.536	18.312
Aquisições	533	-	2.991	3.524
Transferência de investimentos	-	-	322	322
Amortização	(265)	(17)	(759)	(1.041)
SalDOS em 2013	937	90	20.090	21.117

Consolidado

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
SalDOS iniciais	669	107	17.536	18.312
Aquisições	536	-	2.991	3.527
Transferência de investimentos	-	-	322	322
Amortização	(265)	(17)	(759)	(1.041)
SalDOS em 2013	940	90	20.090	21.120

A Companhia mantém o ativo intangível pelo custo de aquisição.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos intangíveis. Baseado no procedimento anual de revisão da vida útil de seus ativos intangíveis, a Companhia alterou a vida útil dos intangíveis conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Média ponderada de vida útil – nova (em anos)	Média ponderada de vida útil - anterior (em anos)
Software	5,78	5
Marcas e patentes	12,88	10
Fundo de comércio	9,26	Indeterminada

11. Intangível -- Continuação

Fundo de comércio

De acordo com a análise inicial da Administração da Companhia, realizada em dezembro de 2012, e em sua intenção de permanência nestes pontos, não seria possível estimar um período de tempo pelo qual a Companhia permaneceria nestes locais, até a realização da sua revisão anual da vida útil de seus ativos programada para acontecer em 2013. A expectativa inicial da Companhia é que o negócio de lojas próprias perpetue. Dessa forma, a Companhia tratou estes ativos intangíveis como sendo de vida útil indefinida durante o ano de 2012 e até a realização da sua revisão anual da vida útil de seus ativos realizada no terceiro trimestre de 2013.

Baseado no procedimento anual de revisão da vida útil de seus fundos de comércio e fruto de uma maior experiência na gestão de lojas próprias, a Companhia determinou a nova vida útil destes ativos e passou a amortizá-los. A Administração da Companhia concluiu que a vida útil deste intangível está diretamente relacionada aos prazos acordados nos contratos de locação dos imóveis para os quais a Companhia adquiriu tais fundos de comércio.

A Companhia adquiriu, no primeiro trimestre de 2013, um novo fundo de comércio junto a um de seus principais clientes, no montante de R\$ 2.991. Esta transação foi quitada mediante compensação de saldos de contas a receber desse cliente, existente na data.

Teste de perda por redução do valor recuperável

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, visto que o valor justo líquido das despesas de venda é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou a existência de fatores que pudessem impactar o valor de seus ativos e não constatou indicativos de que os mesmos possam ter sofrido desvalorização.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia, por não atenderem aos critérios de capitalização, foram reconhecidos no resultado do exercício no montante de R\$ 4.787 na Controladora e no Consolidado (R\$ 3.251 em 31 de dezembro de 2012).

12. Outros ativos

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Recuperação de despesas (a)	2.157	2.044	2.193
Créditos a recuperar (b)	4.233	4.333	4.233
Outros (c)	665	472	665
(-) Provisão para perdas com créditos a recuperar (b)	(2.468)	(2.468)	(2.468)
Total	4.587	4.381	4.623
Ativo circulante	2.612	2.377	2.648
Ativo não circulante	1.975	2.004	1.975
	4.587	4.381	4.623

- (a) Refere-se, principalmente, a gastos realizados pela Companhia para veiculação de campanhas de marketing, os quais são reembolsados pelos lojistas exclusivos no prazo médio aproximado de seis meses.
- (b) Refere-se a créditos a receber junto a revendedores exclusivos oriundo de aval concedido no passado e a contratos renegociados. O saldo líquido, após as provisões, a receber em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.765.
- (c) Substancialmente formado por valores a receber de instituições financeiras conforme Nota 19.

13. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Vencimento final	Controladora		Consolidado
			2013	2012	2013
Financiamento de imobilizado					
Banco Votorantim	9% a.a.	15/06/2014	557	1.672	557
Financiamento de exportação					
Banco Santander – BNDES	9% a.a.	15/06/2013	-	4.013	-
			557	5.685	557
Passivo circulante			557	5.128	557
Passivo não circulante			-	557	-
			557	5.685	557

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram concedidos avais dos acionistas controladores.

Os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não tem cláusulas restritivas (“*covenants*”).

14. Fornecedores

A composição do saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
No mercado nacional			
Insumos			
De terceiros	4.482	4.589	4.498
Materiais diversos	561	526	567
Serviços	1.202	633	1.246
	6.245	5.748	6.311
No mercado externo			
Imobilizado	-	950	-
Total mercado nacional e externo	6.245	6.698	6.311

15. Imposto de renda e contribuição social

MP 627 e IN RFB 1.397

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

15. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

MP 627 e IN RFB 1.397 -- Continuação

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

Valores lançados ao resultado

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Imposto de renda e contribuição social correntes:			
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(4.449)	(15.719)	(4.449)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:			
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	(245)	2.306	2.747
Relativos ao crédito fiscal sobre gastos com emissão de ações, referentes ao processo de abertura de capital	-	(1.369)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(4.694)	(14.782)	(1.702)

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está descrita a seguir:

	Controladora				Consolidado	
	2013		2012		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	18.403	18.403	56.946	56.946	15.411	15.411
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(4.600)	(1.656)	(14.237)	(5.125)	(3.853)	(1.387)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:						
Juros sobre o capital próprio	1.626	585	2.250	810	1.626	585
Incentivos fiscais (inovação tecnológica)	957	345	650	234	957	345
Equivalência patrimonial	(1.525)	(549)	-	-	-	-
Outras exclusões/adições	58	(15)	508	56	(14)	(41)
Incentivos fiscais de dedução IRPJ (PAT)	56	-	48	-	56	-
Adicional de imposto de renda	24	-	24	-	24	-
Valor registrado no resultado	(3.404)	(1.290)	(10.757)	(4.025)	(1.204)	(498)
Total do IR e CSLL	(4.694)		(14.782)		(1.702)	
Alíquota efetiva	18%	7%	19%	7%	8%	3%

15. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos está descrita a seguir:

	Controladora				Consolidado	
	Balanço patrimonial		Resultado		Balanço patrimonial	Resultado
	2013	2012	2013	2012	2013	2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.987	2.824	1.163	1.402	3.987	1.163
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	118	127	(9)	(236)	118	(9)
Provisão para perda com avais	839	839	-	839	839	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.753	1.756	(3)	604	1.753	(3)
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	2.992	2.992
Ajuste a valor presente – AVP	769	1.016	(247)	(318)	769	(247)
Diferença entre depreciação fiscal e societária	(1.194)	-	(1.194)	-	(1.194)	(1.194)
Outras provisões e diferenças temporárias	217	172	45	15	217	45
	6.489	6.734	(245)	2.306	9.481	2.747

Créditos tributários

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos, como segue:

	Controladora	Consolidado
	2013	2013
2014	862	862
2015	2.026	2.126
2016	401	664
2017	401	752
Acima de 2017	2.799	5.077
Total	6.489	9.481

16. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

I) Provisões

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista, tributária e cível. A perda estimada foi provisionada com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a provisão está assim composta:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Provisão para riscos trabalhistas	1.391	1.867	1.391
Provisão para riscos tributários	1.144	2.319	1.144
Provisão para riscos cíveis	2.621	979	2.621
	5.156	5.165	5.156

Trabalhistas – a Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, reclamações de horas extras, insalubridade e periculosidade, entre outros.

16. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis -- Continuação

I) Provisões -- Continuação

Tributário – a Companhia é parte em processos tributários, principalmente, referente a imposto de importação e INSS.

Cíveis – a Companhia é parte em processos cíveis envolvendo os lojistas e consumidores finais, sendo que neste último a Companhia é parte solidária.

A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Em 31 de dezembro de 2013, os processos cíveis com perda possível totalizavam R\$13.350, os trabalhistas R\$1.728 e os tributários R\$391.

Em dezembro de 2013, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), instituído pela Lei nº 11.941/09, cujo objetivo é regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento. O valor incluído no Refis refere-se a notificação relativa à compensação de créditos de IPI. A opção escolhida pela Companhia foi à quitação em uma única parcela em dezembro de 2013 no valor de R\$ 4.863, sendo o valor reconhecido no resultado do exercício no grupo de despesas administrativas em R\$ 2.697 (R\$ 2.158, valor líquido de provisões) conforme Nota 23 e despesas financeiras no valor R\$ 2.166 referente aos juros do processo conforme Nota 20.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Saldo no início do exercício	5.165	3.389	5.165
Adições	5.660	3.802	5.660
Recuperações / realizações	(5.669)	(2.026)	(5.669)
Saldo no final do exercício	5.156	5.165	5.156

II) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados a diversos processos tributários, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Depósitos judiciais trabalhistas	416	105	416
Depósitos judiciais tributários	716	716	716
Depósitos judiciais cíveis	2.423	1.319	2.423
	3.555	2.140	3.555

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada no dia 24 de fevereiro de 2012, rerratificada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 27 de fevereiro de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 30.101, mediante a capitalização de reserva de lucros e sem a emissão de novas ações, passando o capital social da Companhia, no valor de R\$29.699 em 31 de dezembro de 2011, para R\$59.800 em 31 de março de 2012.

17. Patrimônio líquido -- Continuação

a) Capital social -- Continuação

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2012 foi aprovado o desdobramento das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 10,3547337 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para cada 01 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal existente, havendo um acréscimo de 51.450.100 ações, totalizando 56.950.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de março de 2012.

Em 25 de abril de 2012 a Companhia obteve seu registro de Companhia de capital aberto. No contexto do processo de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de abril de 2012, aprovou o aumento do capital social da Companhia em R\$127.909 mediante a emissão de 9.136.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o qual foi totalmente integralizado com recursos oriundos da oferta pública de distribuição de ações da Companhia. O capital social da Companhia totaliza R\$187.709 em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, dividido em 66.086.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Ações ordinárias emitidas e totalmente integralizadas

	Ações	Capital Social
	Em milhares	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.499	29.699
Integralização de capital em 27/02/2012	-	30.101
Desdobramento de ações em 30/03/2012	51.451	-
Emissão de ações em 25/04/2012	9.136	127.909
Saldo em 31 de dezembro de 2012	66.086	187.709
Saldo em 31 de dezembro de 2013	66.086	187.709

b) Reservas e retenção de lucros

Reserva de capital

Os custos de distribuição, atribuídos à Companhia, oriundos da oferta primária de ações totalizaram R\$4.027 (R\$2.658 líquidos dos efeitos tributários).

Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da reserva é de R\$8.734 (R\$8.048 em 31 de dezembro de 2012).

Reserva para expansão

A Administração da companhia, com base em orçamento de capital, propôs para deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2014, o complemento de Reserva de Lucros para Expansão no montante de R\$6.521, totalizando R\$ 11.518, conforme previsto no art. 34, item (e) do estatuto da Companhia, destinada a cobrir parte dos investimentos do plano de expansão. Conforme art. 199 da Lei 6.404/76 o saldo desta reserva não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

17. Patrimônio líquido -- Continuação

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei, sendo que a Companhia poderá imputar juros sobre o capital próprio à conta do dividendo mínimo obrigatório.

Demonstração dos dividendos e juros sobre capital próprio pago

No dia 29 de maio de 2013 a Companhia realizou o pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$34.048, sendo R\$ 7.990 a título de juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, R\$ 24.034 de dividendos adicionais e R\$ 2.024 a título de dividendos obrigatórios. Esses montantes foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 abril de 2013 e já haviam sido provisionados ou propostos em 31 de dezembro de 2012.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2013, os membros do Conselho aprovaram a proposta de distribuição de dividendos realizada pela Administração da Companhia, no montante de R\$ 6.502 (R\$0,09840000 por ação) a título de juros sobre o capital próprio (R\$5.889 líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte), com base na TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), calculada sobre o patrimônio líquido da Companhia até 31/12/2013. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15% exceto para acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em Países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Os dividendos propostos foram calculados como segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	13.709	42.164
Reserva legal (5%)	(686)	(2.109)
Lucro líquido ajustado	13.023	40.055
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.256	10.014
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	5.889	7.990
Dividendos adicionais	-	26.058
Total proposto para distribuição	5.889	34.048
Percentual do lucro ajustado distribuído	45,2%	85,0%
Dividendos distribuídos acima do mínimo	2.633	24.034
Dividendos acima do mínimo por ação	0,0398	0,3637

18. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito mediante a divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

18. Lucro por ação -- Continuação

Não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função da inexistência de ações potenciais dilutivas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
• Lucro líquido do exercício	13.709	42.164	13.709
• Média ponderada de ações emitidas (em milhares)*	66.086	63.208	66.086
• Lucro por ação – básico e diluído (R\$)	0,21	0,67	0,21

* Considerando o desdobramento de ações aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 30 de março de 2012.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas demonstrações financeiras.

19. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Despesas operacionais			
Perda com alienação do ativo imobilizado	(40)	(35)	(40)
	(40)	(35)	(40)
Receitas operacionais			
Ganho com alienação do ativo imobilizado	386	10	386
Prêmio bancário*	2.961	7.152	2.961
Outras receitas operacionais	713	2.217	1.043
	4.060	9.379	4.390
Outras receitas operacionais, líquido	4.020	9.344	4.350

* Refere-se a valores recebidos de instituição financeira por volume de financiamentos realizados através da rede de lojas atendidas pela Companhia, sendo a contra partida a conta de outros ativos.

20. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Despesas financeiras			
Despesas com IOF e tarifas bancárias	(636)	(622)	(686)
Despesas de empréstimos e financiamentos	(259)	(547)	(259)
Despesas com variação cambial	(414)	(413)	(414)
Ajuste a valor presente – AVP	(365)	(342)	(365)
Descontos concedidos	(4.532)	(1.086)	(4.561)
Outras despesas financeiras(*)	(2.217)	(65)	(2.220)
	(8.423)	(3.075)	(8.505)
Receitas financeiras			
Juros recebidos	2.399	3.346	2.399
Descontos obtidos	153	516	156
Rendimentos de aplicações financeiras	1.858	2.487	1.858
Receitas com variação cambial	645	314	645
Ajuste a valor presente – AVP	4.533	5.033	4.533
Outras receitas financeiras	467	571	467
	10.055	12.267	10.058
Resultado financeiro líquido	1.632	9.192	1.553

*A adesão ao Refis, comunicada por Fato Relevante no dia 16 de dezembro de 2013, afetou a despesa financeira, na linha de "outras despesas financeiras" no valor R\$ 2.166 referente aos juros do processo.

21. Transações e saldos com partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia realizou as seguintes transações com as partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Ativo circulante			
Contas a receber			
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	982	-	-
Telasul S.A.	20	135	20
Total do ativo	1.002	135	20
Demonstração do resultado			
Vendas			
Outras partes relacionadas (*)	18	26	18
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	4.134	-	-
Telasul S.A.	566	502	566
	4.718	528	584
Compras			
Telasul S.A.	12.217	11.498	12.265
	12.217	11.498	12.265

(*) Operações com acionistas.

As operações envolvendo a Companhia e a parte relacionada Telasul S.A., referem-se a compras de insumos (portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos) utilizados em nosso processo produtivo para fabricação de móveis componíveis. Também a Unicasa efetua vendas para a Telasul S.A. de diversos produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros). As operações são efetuadas a preços de mercado e com um prazo médio aproximado de compra e venda de sete dias.

As operações envolvendo a Companhia e a controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda., referem-se a vendas de produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros) com o objetivo de revenda para consumidores finais. As operações são efetuadas a preços de mercado e com prazo médio aproximado de pagamento de trinta dias.

A Companhia mantém leasing de uma aeronave. As despesas com esse arrendamento incluindo à manutenção e conservação da aeronave, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totalizou R\$1.919 (R\$1.776 em 31 de dezembro de 2012), sendo totalmente reembolsada pelos acionistas pelo uso do equipamento.

Termos e condições de transação da Companhia

A Telasul S.A. é uma Empresa controlada pelos acionistas majoritários da Companhia. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operações com terceiros.

A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. é controlada pela Companhia. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operações com terceiros.

Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

21. Transações e saldos com partes relacionadas -- Continuação

Remuneração da Administração

A Companhia pagou aos seus administradores (Diretoria Estatutária e Conselho da Administração), remuneração no valor total de R\$2.799 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.555 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia não oferece a suas pessoas chaves benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

22. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Receita bruta de vendas	342.141	367.072	344.647
IPI sobre vendas	(8.892)	(3.870)	(8.892)
ICMS substituição tributária (ST) sobre vendas	(27)	(28)	(27)
Receita bruta de vendas (-) IPI e ST sobre vendas	333.222	363.174	335.728
ICMS sobre vendas	(37.194)	(40.437)	(37.876)
Outros impostos sobre vendas (PIS/COFINS/INSS)	(33.012)	(34.182)	(33.623)
Devoluções de vendas	(2.869)	(5.356)	(2.869)
Ajuste a valor presente	(3.441)	(3.758)	(3.441)
	256.706	279.441	257.919

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Despesas por função			
Custo dos bens e serviços vendidos	(156.159)	(163.972)	(154.868)
Despesas com vendas	(61.868)	(57.422)	(69.148)
Despesas administrativas	(19.830)	(19.637)	(24.395)
	(237.857)	(241.031)	(248.411)
Despesas por natureza			
Despesas com pessoal	(41.448)	(37.599)	(49.165)
Despesas com insumos	(125.188)	(134.222)	(123.998)
Despesas com depreciação e amortização	(8.286)	(8.277)	(8.335)
Despesas com serviços de terceiros	(15.609)	(12.611)	(16.905)
Despesas com propaganda	(12.995)	(13.488)	(13.090)
Despesas com comissões	(2.721)	(2.688)	(2.721)
Despesas com provisões	(3.384)	(7.673)	(3.384)
Outras despesas(*)	(28.226)	(24.473)	(30.813)
	(237.857)	(241.031)	(248.411)

*A adesão ao Refis, comunicada por Fato Relevante no dia 16 de dezembro de 2013, afetou as despesas administrativas, na segregação por natureza, dentro da linha de outras despesas em R\$ 2.697 (R\$ 2.158, valor líquido de provisões).

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais.

a) Instrumentos financeiros - Valor justo

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir, assim com os métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Decorrem diretamente das operações da Companhia e está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- **Contas a receber de clientes e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- **Empréstimos concedidos** – São classificados como ativos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais, de forma líquida do ajuste a valor presente. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, e de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos concedidos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.
- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

a) Instrumentos financeiros - Valor justo -- Continuação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como o seu valor justo, estão demonstrados no quadro abaixo:

Valor contábil

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Ativos			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	11.316	28.719	11.629
Contas a receber de clientes	73.677	93.208	74.711
Empréstimos concedidos	3.674	7.518	3.674
Passivos			
Empréstimos e financiamentos			
Fornecedores	(6.245)	(6.698)	(6.311)
Empréstimos e financiamentos	(557)	(5.685)	(557)

Valor justo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Ativos			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	11.316	28.719	11.629
Contas a receber de clientes	73.677	93.208	74.711
Empréstimos concedidos	3.612	8.096	3.612
Passivos			
Empréstimos e financiamentos			
Fornecedores	(6.245)	(6.698)	(6.311)
Empréstimos e financiamentos	(554)	(5.725)	(554)

Para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros a Companhia adotou a técnica de avaliação de preços observáveis ("Nível 2").

b) Gerenciamento de riscos

Os principais passivos financeiros da Companhia são compostos por contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. O principal objetivo destes passivos financeiros é de levantar recursos financeiros para as operações da Companhia. Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos à clientes, que são obtidos diretamente de suas operações.

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio, e risco de preço de *commodities*), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por riscos incluem os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, contas a receber, e empréstimos concedidos a clientes.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar e contas a pagar a fornecedores.

- **Risco de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras.

- **Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, basicamente em operações de exportação de produtos. A Companhia tem obtido sucesso em ajustar a sua estrutura de custos e os seus preços de venda de forma a assimilar as oscilações de câmbio. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta o saldo no contas a receber por vendas ao mercado externo equivalente a USD 1.703 mil.

Sensibilidade a taxas de câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos em moeda estrangeira nos quais a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

Sensibilidade a taxas de câmbio -- Continuação

Além desse cenário, apresentamos mais dois cenários, com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Operação	Moeda	Cenário Provável (Valor Contábil)	Cenário A	Cenário B
Redução da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	3.985	2.988	1.992
Deterioração da taxa em:				
Referência para taxa de Câmbio:				
Dólar		2,34	1,76	1,17
Efeito no lucro antes da tributação	R\$		(997)	(1.993)

- Risco de preço das commodities

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar *commodities* como matéria – prima, chapas de MDF, a Companhia poderá ter seu custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais. A Companhia tem obtido sucesso na aplicação desta política.

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, conforme avaliação de sua Administração. Para contas a receber de clientes, a Companhia possui ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota 5.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo departamento financeiro, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contava com 13 clientes (31 de dezembro de 2012: 8 clientes) responsáveis por 50,41% (31 de dezembro de 2012: 50,04%) de todos os recebíveis devidos. A Companhia tem garantias reais e monitora sua exposição. Esses clientes operam com diversas lojas no Brasil, incluindo um magazine. Não há cliente que represente individualmente mais que 10% das vendas.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

- Risco de crédito -- Continuação

Contas a Receber -- Continuação

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a necessidade de registro de provisão para perdas é avaliada coletivamente.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pelo departamento financeiro da Companhia e monitorado pela diretoria. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas pela Diretoria Executiva, exclusivamente de primeira linha. Os montantes aplicados são monitorados a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2013 com base nos pagamentos contratuais e juros projetados com base nos contratos:

Em 31 de dezembro de 2013	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	288	282	570
Fornecedores	6.043	202	6.245
	6.331	484	6.815

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios findos naquelas datas.

c) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

c) Gestão do capital social -- Continuação

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos e fornecedores, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Empréstimos e financiamentos	557	5.685	557
Fornecedores	6.245	6.698	6.311
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(11.316)	(28.719)	(11.629)
Dívida líquida	(4.514)	(16.336)	(4.761)
Patrimônio líquido	205.303	222.130	205.303
Patrimônio líquido e dívida líquida	200.789	205.794	200.542

25. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Exercício de vigência		Importância segurada
	De	Até	
Incêndios, vendavais e danos elétricos			
Máquinas e equipamentos	2013	2014	100.500
Estoque	2013	2014	21.827
Edificações	2013	2014	36.000
Lucros cessantes	2013	2014	17.712
Responsabilidade civil para administradores	2013	2014	10.000

26. Informação por segmento

A Companhia tem como operações a industrialização e comercialização de móveis planejados. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada como um único segmento operacional.

A receita bruta de vendas no mercado interno e externo está assim representada:

Receita bruta de vendas	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Mercado interno	333.171	359.009	335.677
Mercado externo	8.970	8.063	8.970
	342.141	367.072	344.647

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2013, 3% (2% em 2012) da receita bruta.

27. Transações que não afetam caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

As transações que não afetam caixa no exercício foram:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Aumento de Capital	-	30.101	-
Transferência de ponto comercial de investimentos para o intangível	(322)	(300)	(322)
Compras de imobilizado a prazo	-	943	-
Aquisição de pontos comerciais e imobilizado com créditos a receber de lojistas			
Contas a receber	(3.211)	(13.820)	(3.211)
Empréstimos concedidos	-	(924)	-
Outros	-	(2)	-
Fundo de comércio – Intangível (Nota 11)	2.991	14.476	2.991
Imobilizado (Nota 10)	220	270	220

28. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos pagamentos mínimos em 2013 (Consolidado)
Até um ano	1.655
Acima de um ano e até cinco anos	4.175

A despesa média mensal de aluguéis pagos é de R\$154 (R\$88 em 2012). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro a cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes à variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Os alugueis são quitados dentro do mês corrente, não restando saldo a pagar no final do exercício.

Parcela substancial de alguns aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o exercício de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.